



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO – FAUEPG N.º 028/2013

A FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, instituída por Escritura Pública lavrada no Cartório Correia – 2.º Tabelionato - da Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná, às folhas 101 a 114 do livro 323-E, em 04 de dezembro de 2006, dotada de personalidade jurídica de direito privado, constituída sem fins lucrativos e por prazo indeterminado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 08.574.460/0001-35, com sede na Rua Balduino Taques, 333, Centro, Ponta Grossa, Estado do Paraná, doravante denominada FAUEPG, neste ato representada por seu Presidente, Sr. Carlos Alberto Volpi, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – *INTERNET*, torna público que, de acordo com o Decreto Estadual n.º 4880 de 16/10/2001, Decreto Estadual n.º 6252 de 22 de março de 2006; Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto n.º 5.450 de 31 de maio de 2005, Decreto n.º 5.504 de 5 de agosto de 2005, e, subsidiariamente, a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, Lei Estadual n.º 15.608, de 16 de agosto de 2007, Lei Complementar n.º 123/2006, Código de Defesa do Consumidor e demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente edital e seus anexos.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

1.2 Os trabalhos serão conduzidos por funcionário da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico da Universidade Estadual de Ponta Grossa, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página www.licitacoes-e.com.br.

2. OBJETO

2.1 A presente licitação tem por objeto selecionar a melhor proposta para aquisição de Medicamento, destinado ao Hospital Regional de Ponta Grossa “Wallace Thadeu de Mello e Silva”, do tipo **menor preço por lote**, de acordo com as especificações constantes no **ANEXO I** do Edital.

2.2 O **Preço Máximo** estimado para o presente processo licitatório é de **R\$ 25.000,00** (Vinte e cinco mil reais).

2.3 Local de Entrega:

Local: Hospital Regional de Ponta Grossa “Wallace Thadeu de Mello e Silva”
Endereço: Rua Alameda Nabuco de Araujo, 601
Entrega: Almoxarifado
Contato: Rosana ou Andrieli – Tel. (42) 3219-8888 ou (42)3219-8885.
Bairro: Uvaranas
Cidade/UF: Ponta Grossa - Paraná

2.4 **Prazo de entrega:** Os produtos deverão ser entregues em 2 (duas) etapas: sendo a primeira entrega de 100 (cem) frascos a licitante vencedora deverá efetuar em até 7 (sete) dias após o recebimento da Ordem de Compra, a segunda entrega de 100 (cem) frascos 30 (trinta) dias após a certificação da primeira entrega.

3. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

3.1 A LICITANTE deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 03/09/2013 às 09h00

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 03/09/2013 às 09h00

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 03/09/2013 às 10h00

4. RECEBIMENTO E ABERTURA DA PROPOSTA E DATA DO PREGÃO

4.1 O Proponente deverá observar as datas e os horários limites previstos para o recebimento e abertura da Proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

4.2 Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília – DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1 Somente poderão participar da presente licitação Proponente cujo objeto social seja compatível com o objeto deste Pregão e que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

5.2 Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo interessados que se enquadrem em quaisquer das situações a seguir:

- Estejam constituídos sob a forma de consórcio e cooperativas;
- Estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pela FAUEPG, ou, ainda, penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública motivada pelas hipóteses previstas no artigo 88 da Lei n.º 8.666/93 e no artigo 150 e seguintes da Lei Estadual n.º 15.608/07;
- Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;
- Estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação;
- Pessoas físicas, servidor ou dirigente da FAUEPG.

6. DA FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

CONSULTAS:

6.1 Caso surjam dúvidas com relação ao conteúdo do **Edital**, o Proponente poderá consultar a FAUEPG por escrito, segundo uma das seguintes modalidades:

Por fax:

(42) 3219-8863

At. Pregoeiro - FAUEPG

Pregão Eletrônico n.º 028/2013

6.2 Os pedidos de consulta deverão chegar à FAUEPG/Pregoeiro até 3 (três) dias úteis da data limite para o Recebimento das Propostas.

6.3 Caso a FAUEPG venha emitir suplemento ao Edital serão disponibilizados somente no site www.licitacoes-e.com.br, através da opção "**Documentos**" deste Pregão.

6.4 É de responsabilidade do Proponente manter-se atualizado quanto a quaisquer alterações e/ou esclarecimentos sobre o Edital, através de consulta permanente ao site acima, na opção “Consultar Mensagem”, não cabendo a FAUEPG a responsabilidade pela não observância desse procedimento.

6.5 No caso de esclarecimentos sobre o Edital, a resposta da FAUEPG não identificará a fonte que solicitou e a disponibilizará a todos conforme item 6.4 acima.

6.6 Não deverão ser considerados pelos Proponentes na formulação de sua Proposta quaisquer informações ou esclarecimentos obtidos de forma diversa da acima estabelecida.

IMPUGNAÇÃO:

6.7 Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a Abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão, protocolizando pedido na **FAUEPG** – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no seguinte endereço: Rua Balduino Taques, 333 – Centro - Ponta Grossa – Paraná, CEP 84.010-050, no horário das 9h00 às 11h50 e das 13h30 às 17h30.

6.8 Caso seja acolhida à impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

6.9 Não serão conhecidos pedidos de esclarecimentos ou impugnações, vencidos os respectivos prazos legais.

7. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

O certame será conduzido pelo Pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) Responder as questões formuladas pelas licitantes, relativas ao certame;
- c) Abrir as propostas de preços;
- d) Analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) Desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) Verificar a habilitação da licitante classificada em primeiro lugar;
- h) Declarar o vencedor;
- i) Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) Elaborar a ata da sessão;
- k) Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) Abrir processo administrativo para apuração de irregularidade visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

8. CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES

8.1 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País.

8.2 A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderá ser utilizada em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou por iniciativa da FAUEPG, devidamente justificado.

8.3 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.

8.4 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

9. PARTICIPAÇÃO

9.1 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta comercial e seus anexos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

Obs.: A informação dos dados deverá ser feita na página inicial do site www.licitacoes-e.com.br, através da opção “**Acesso Identificado**”.

9.2 As propostas comerciais, serão apresentadas diretamente no site de licitações do Banco do Brasil, onde os Proponentes deverão fazer suas ofertas, de acordo com as condições constantes neste Edital.

9.3 O encaminhamento da proposta pressupõe o conhecimento e atendimento as exigências de habilitação prevista no Edital. O Proponente declarará no sistema, antes de registrar a sua proposta que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital, sujeitando-se às sanções legais na hipótese de declaração falsa.

9.4 Até a data e hora fixada neste Edital para a Abertura da Proposta, os Proponentes poderão retirar ou substituir a proposta comercial anteriormente apresentada.

9.5 O Proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

9.6 Caberá ao Proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10. ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO

10.1 A partir do horário previsto no sistema terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

10.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.

10.3 A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.4 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.5 Aberta a etapa competitiva, os Proponentes deverão estar conectados ao sistema para participarem da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

Obs.: O acesso no sistema para participarem da Sessão de Lances deve ser feito no site www.licitacoes-e.com.br opção “**Sala de Disputa**”.

10.6 O Proponente poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao seu ultimo lance e diferente de qualquer lance válido.

10.7 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.8 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o Proponente desistente às penalidades constantes no Art. 150 e seguintes da Lei Estadual n.º 15.608/07.

10.9 Durante o transcurso da sessão pública, os Proponentes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais Proponentes.

10.10 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico ou pelo Pregoeiro, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

10.11 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos Proponentes pelo período de 10 minutos para recepção dos lances. Findo este tempo, o sistema colocará a disputa suspensa automaticamente, sendo retomado do ponto onde parou tão logo o Pregoeiro retorne a sala, sem prejuízo dos atos realizados.

Obs. Caso ocorra a suspensão, os Proponentes deverão consultar no site a opção “**Mensagens**” onde o Pregoeiro informará seu retorno.

10.12 Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de até trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, após o encerramento e antes de anunciar o vencedor o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraposta diretamente ao Proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

10.13 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

10.14 Os Proponentes, a qualquer momento, depois de finalizado o lote, poderão registrar seus questionamentos para o Pregoeiro, via Sistema, acessando a seqüência “**Relatório de Disputa**” para cada lote disputado, “**Chat Mensagens**” e “**Enviar Mensagem**”. Essas opções estarão disponíveis até o Pregoeiro declarar o vencedor do lote. Todas as mensagens constarão no histórico do Relatório de Disputa.

10.15 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública constarão de ata circunstanciada divulgada no

sistema eletrônico, o resultado final desta licitação será publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná (Comércio Indústria e Serviços).

10.16 Homologada a licitação pela autoridade competente, a empresa vencedora receberá, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a Ordem de Compra.

11. DA PROPOSTA

PROPOSTA ELETRÔNICA

11.1 O sistema de Pregão Eletrônico **garante sigilo total das propostas apresentadas,** nem o Pregoeiro tem acesso ao conteúdo das mesmas antes da data e horário estabelecido neste Edital. A inclusão das propostas pode ser feita a partir da publicação da licitação até antes da data/horário limite para Recebimento das propostas. Encaminhar as propostas nos últimos instantes do horário de entrega pode significar risco de não conseguir digitá-la em tempo hábil e acabar perdendo a oportunidade de participar do Pregão Eletrônico. A proposta enviada antes da data/horário de entrega terá garantido o mesmo sigilo que aquela apresentada no último instante.

Observação: Fica vedado ao Licitante qualquer tipo de identificação quando do registro de sua proposta de preços, planilha ou outros Anexos exigidos neste edital, sob pena de desclassificação do certame pelo Pregoeiro.

11.1.1 Para a apresentação da proposta, não será mais solicitada a impositação dos valores por item, mas sim por valor total do lote. É possível consultar todos os itens do lote clicando no botão “detalhar”.

11.1.2 Incluídos os valores dos lotes e já identificado o tipo de empresa, o representante da empresa deverá marcar a declaração de conhecimento, preencher os dados do contato e clicar no botão “confirmar”.

11.1.3 Havendo mais de uma tela de lotes, a apresentação das propostas deve ser realizada e confirmada tela por tela. ATENÇÃO se não ocorrer a confirmação, as propostas não serão registradas. Após cada confirmação o sistema apresenta tela de recebimento, informando a quantidade de lotes para os quais NÃO foram apresentadas propostas.

11.1.4 Para o registro de propostas, será apresentado para o representante da empresa no máximo 5 (cinco) lotes por tela. O campo informações adicionais passa a ser disponibilizado por lote e não mais por item.

11.1.5 Alteração de valores dos lotes: para alterar o valor de uma proposta, basta acessar a licitação e promover a alteração do valor registrado, incluindo novo valor e confirmar via botão “confirmar”.

11.1.6 Inclusão de documentos: A inclusão de documentos para a licitação é realizada na tela de inclusão de propostas, por meio do botão “documentos”.

11.2 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.3 Nos preços propostos e nos lances que oferecer, já deverão estar incluídos todos os custos necessários para fornecimento do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer

outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, para fornecimento no Almoxarifado do Hospital Regional de Ponta Grossa.

11.4 Os produtos ofertados deverão atender todas as especificações técnicas obrigatórias do **ANEXO I, PREFERENCIALMENTE**, informar no campo do sistema eletrônico, a **MARCA, FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE de cada produto cotado E OUTRAS ESPECIFICAÇÕES NECESSÁRIAS** para que se identifique de forma inequívoca o produto cotado, no campo “Informações Adicionais” do Formulário Eletrônico da Proposta, o qual será disponibilizado para os fornecedores através do “acesso identificado” no site www.licitacoes-e.com.br.

11.4.1 Caso não seja informada no campo do sistema eletrônico, a **MARCA, FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE de cada produto cotado E OUTRAS ESPECIFICAÇÕES NECESSÁRIAS** para que se identifique de forma inequívoca o produto cotado no campo “Informações Adicionais” do Formulário Eletrônico da Proposta, a proposta **não será desclassificada**. A análise e verificação das especificações técnicas será realizada quando do envio da complementação da proposta, na forma do item 11.6.

11.4.2 Os demais licitantes serão informados, via chat de mensagens, a **MARCA, de cada produto cotado E OUTRAS ESPECIFICAÇÕES NECESSÁRIAS** para que se identifique de forma inequívoca o produto cotado, quando o licitante for declarado vencedor.

11.4.3 Somente serão aceitos produtos que atendam a todas as características mínimas obrigatórias do objeto desta licitação.

11.5 O Pregoeiro reserva-se o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como de solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos.

11.6 COMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA

PROPOSTA ESCRITA

11.6.1 No prazo de **04 (quatro) horas** contadas do encerramento da disputa na etapa competitiva de lances, a **PROPONENTE** que tiver ofertado o menor preço **deverá enviar à FAUEPG – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico da Universidade Estadual de Ponta Grossa** via e-mail: santos.pregor@gmail.com ou através do **FAX (42) 3319 8863, Planilha de Complemento de Proposta** conforme especificações e condições contidas no **ANEXO I - Modelo de Planilha de Complemento de Proposta**.

11.6.1.1 **O (s) documento (s) original (ais) da Complementação de Proposta emitida pela PROPONENTE deverá (ão) ser apresentado (s) na FAUEPG – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no seguinte endereço: Rua Balduino Taques, 333 – Centro - Ponta Grossa – Paraná, CEP 84.010-050, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir do primeiro dia subsequente, a data de realização da sessão de disputa de preços do Pregão.**

11.6.2 A verificação dos recursos, capacidades e facilidades operacionais disponíveis para o objeto proposto, dar-se-á, também, com base nas informações, catálogos, folhetos e manuais técnicos ou endereço na internet, incluindo especificações físicas e requisitos necessários à instalação, quando for o caso. Para tanto, a PROPONENTE **poderá** informar o endereço na Internet para consulta ou anexar ao complemento da proposta, catálogos,

folhetos. **Portanto é de inteira responsabilidade da PROPONENTE a comprovação do atendimento as características mínimas obrigatórias do objeto, caso contrario e após o prazo para a comprovação, a mesma será automaticamente desclassificada.**

11.6.3 Para consulta das informações técnicas pela internet, a PROPONENTE deverá informar na proposta o caminho completo para a localização das informações.

11.7 VALIDADE DA PROPOSTA

O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da licitação.

12. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

12.1 Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, atendidas as especificações técnicas mínimas solicitadas no **ANEXO I** e demais condições definidas neste Edital e seus Anexos.

12.2 Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto a compatibilidade do preço em relação ao valor orçado para a contratação e verificará a habilitação do Proponente conforme disposição do Edital.

12.3 Caso as propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de menor preço (após o encerramento dos lances), será assegurada preferência de contratação, respeitado o seguinte:

1. O procedimento de empate será detectado automaticamente na sala de disputa. Encerrado o tempo randômico o sistema identificará a existência da situação de empate informando o nome da empresa. Em seguida, o sistema habilitará para o pregoeiro o botão “Convocar” que permitirá a convocação da empresa que se encontra em situação de empate. Acionado o botão, o sistema emitirá nova mensagem informando para a empresa em situação de empate que deverá, em 5 (cinco) minutos, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado para o lote. Durante o período, apenas a empresa convocada poderá registrar o novo lance.

2. O prazo é decadencial e, não havendo manifestação da empresa, o sistema verifica se há outra em situação de empate, realizando o chamado de forma automática. Não havendo mais nenhuma empresa em situação de empate, o sistema emitirá mensagem, cabendo ao pregoeiro dar encerramento à disputa do lote.

3. Todos esses procedimentos acontecerão na sala de disputa, estando essas informações disponíveis para os demais participantes do pregão e também para toda a sociedade.

12.4 O Proponente classificado em primeiro lugar deverá comprovar a sua habilitação junto a FAUEPG mediante a apresentação de todos os documentos solicitados no item 13, obrigatoriamente em original ou cópia autenticada, **no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente, a data de realização da sessão de disputa de preços do Pregão. A habilitação deverá ser enviada para o Pregoeiro, na **FAUEPG** – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no seguinte endereço: Rua Balduino Taques, 333 – Centro - Ponta Grossa – Paraná, CEP 84.010-050.

12.5 Se a oferta de menor valor, da etapa anterior, não for aceitável, ou se o Proponente não atender às exigências habilitatórias, será desclassificada, passando o Pregoeiro a examinar as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade, e procedendo à sua habilitação, até a apuração de uma Proposta que atenda o Edital.

12.5.1 Na situação a que se refere o item anterior, o Pregoeiro poderá negociar com o Proponente para que seja obtido o melhor preço. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias.

12.5.2 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da Licitação.

12.5.3 O Proponente classificado em primeiro lugar deverá enviar o original ou cópia autenticada da proposta comercial e de todas as planilhas solicitadas neste Edital, no valor do menor lance cotado ou negociado, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias contados a partir do primeiro dia subsequente, a data de realização da sessão de disputa de preços do Pregão. A proposta comercial será enviada para o Pregoeiro, na **FAUEPG – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico da Universidade Estadual de Ponta Grossa**, no seguinte endereço: Rua Balduino Taques, 333 – Centro - Ponta Grossa – Paraná, CEP 84.010-050.

12.6 Não será habilitada a empresa que:

12.6.1 Possua registro de ocorrência que a impeça de licitar e contratar com a FAUEPG, ou que tenha sido declarada inidônea para licitar com a Administração.

12.6.2 Deixar de apresentar a documentação solicitada, apresentá-la incompleta ou em desacordo com as disposições deste Edital.

13. EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

13.1 A licitante detentora da melhor oferta, no prazo de **04 (quatro) horas** contadas do encerramento da disputa na etapa competitiva de lances, deverá encaminhar tanto a **DOCUMENTAÇÃO** bem como a **COMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA** (conforme item 11.6), à **FAUEPG - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico da Universidade Estadual de Ponta Grossa** Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico de Universidade Estadual de Ponta Grossa através do e-mail santos.pregor@gmail.com ou via **FAX (42) 3219 8863**.

13.1.1 Os documentos originais deverão ser apresentados para o Pregoeiro, na **FAUEPG – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico da Universidade Estadual de Ponta Grossa**, no seguinte endereço: Rua Balduino Taques, 333 – Centro - Ponta Grossa – Paraná, CEP 84.010-050, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir do primeiro dia subsequente, a data de realização da sessão de disputa de preços do Pregão.**

A não remessa desses documentos poderá acarretar na desclassificação da mesma.

Os interessados terão de satisfazer os requisitos relativos à:

13.2 Habilitação Jurídica, por intermédio dos seguintes documentos:

- a) Comprovante de registro comercial, no caso de empresa individual;

- b) Ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social em vigor, e **última alteração contratual (ou consolidação)**, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, em caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos que comprovem da eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo na entidade competente, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.3 Qualificação Econômico-Financeira, por intermédio dos seguintes documentos:

- a) Certidão negativa de Ações de Falência, Concordata e Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. A certidão deve estar em plena validade e, na hipótese da inexistência de prazo de validade a mesma deverá ser emitida com antecedência máxima de **90 (noventa) dias** anteriores à abertura desta licitação.
- b) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente (<http://www.tst.jus.br>), para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos da Lei n.º 12.440/11. A certidão deve estar em plena validade e, na hipótese da inexistência de prazo de validade a mesma deverá ser emitida com antecedência máxima de 60 (sessenta) dias anteriores à abertura desta licitação.

13.4 Regularidade Fiscal, por intermédio dos seguintes documentos:

- a) Certidão de Quitação de Tributos Federais e Contribuições Federais, emitida pela Receita Federal;
- b) Certidão Negativa Quanto à Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

OBS. Poderá ser apresentada, para atender as alíneas “a” e “b”, a Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, conforme Portaria Conjunta da PGFN/RFB n.º 02, de 31/08/2005.

- c) Certidão Negativa de Débito com a Fazenda do Estado (Tributos Estaduais) onde for sediada a empresa. A certidão deve estar em plena validade e, na hipótese da inexistência de prazo de validade a mesma deverá ser emitida com antecedência máxima de 60 (sessenta) dias da data de abertura desta licitação;
- d) Certidão Negativa de Débito com a Fazenda do Município onde for sediada a empresa. A certidão deve estar em plena validade e, na hipótese da inexistência de prazo de validade a mesma deverá ser emitida com antecedência máxima de 60 (sessenta) dias da data de abertura desta licitação;
- e) Certidão Negativa de Débito do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);
- f) Certificado de Regularidade do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

13.5 Qualificação Técnica, por intermédio dos seguintes documentos:

- a) Declaração emitida pela PROPONENTE, preenchida conforme **ANEXO II - Modelo de DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE REGULARIDADE** deste Edital.

- b) Documento comprobatório emitido por órgão oficial do enquadramento com microempresa ou empresa de pequeno porte (caso esteja ofertando proposta nessa condição), nos termos da lei Complementar n.º 123/2006;
- c) Cópia do Certificado de Registro dos produtos cotados emitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.
- d) Comprovação de autorização de funcionamento de empresa fabricante dos produtos, emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;
- e) Comprovação de licenciamento do órgão sanitário competente para fabricar, distribuir, importar e comercializar medicamentos;
- f) Certificado do Responsável técnico: emitido pelo Conselho Regional de Farmácia ou Conselho Regional de Enfermagem ou outro, Cópia perfeitamente legível e autenticada;
- g) Autorização de Funcionamento (AF) emitida pela ANVISA e publicada em Diário Oficial: cópia da publicação no D.O.U. (a cópia da publicação deverá estar perfeitamente legível, com destaque e indicação do item referente);
- h) Distribuidora de produtos médico-hospitalares: apresentar AF Comum ou Simples;
- i) Distribuidora de medicamentos apresentar AF Comum ou Simples;
- j) Distribuidora de medicamentos psicoativos (Portaria 344/98): apresentar AF Especial;
- k) Registro no Ministério da Saúde: emitido pela ANVISA, cópia perfeitamente legível ou cópia da publicação no D.O.U. com destaque e indicação do item referente. OBS.: caso o produto seja dispensado de registro no Ministério da Saúde, encaminhar justificativa de dispensa ou isenção de registro. Em caso de registro vencido, o protocolo só será aceito se o pedido de renovação foi solicitado 06 (SEIS) MESES ANTES DO VENCIMENTO. Lei n.º 6.360/76 Art. 12 § 6º.
- l) Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle por linha de produção: emitido pela ANVISA, cópia perfeitamente legível ou cópia da publicação no D.O.U. **OBS.:** Caso o produto seja correlato importado e se enquadre na classificação III e IV deverão apresentar cópia autenticada e traduzida de CBPF ou ISO ou documento que comprove controle de qualidade, ou boas práticas de produção da autoridade sanitária do país de origem. As exigências 1.2.2.1, estão condicionadas aos produtos que são controlados pelo Ministério da Saúde e obrigatoriamente necessitem desses documentos, conforme Lei n.º. 6.360, de 23 de setembro de 1976; Decreto n.º. 79.094 de 05 de Janeiro de 1977 e Portaria n.º. 2.814/GM de 29 de maio de 1998. As exigências não são aplicadas aos produtos que não são controlados pelo Ministério da Saúde.
- m) As distribuidoras deverão apresentar certificado de procedência dos produtos que serão entregues, de acordo com o estabelecido na licitação (Artigo 6º da Portaria 2814 de 29 de maio de 1998);

13.6 O pregoeiro fará Consulta a Situação Cadastral de Fornecedores, no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CFPR, nos termos do **Decreto Estadual n.º 5980 de 22/12/2009**, disponível no endereço eletrônico: www.comprasparana.pr.gov.br para verificar registros de inadimplências e sanções aplicadas:

Art. 4º O CFPR será de acesso e consulta prévia obrigatórios a todos os órgãos da administração direta e entidades da administração indireta do Estado para:
I – celebração de convênios, acordos, ajustes, contratos que envolvam o desembolso, a qualquer título, de recursos financeiros;

II - repasses de valores de convênios ou pagamentos referentes a contratos; e
III – registros das inadimplências e sanções aplicadas às pessoas físicas e jurídicas.

Parágrafo Único. A existência de registro de inadimplências e sanções no CFPR poderá constituir impedimento à realização dos atos aos quais este artigo se refere, conforme o disposto na Lei Estadual n.º 15.608, de 16/08/2007.

13.7 Todos os documentos deverão ser apresentados em plena validade, podendo o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, realizar consultas *on-line* via internet, para verificar a sua autenticidade.

13.8 Os documentos referidos nos itens anteriores deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia devidamente autenticada por cartório, ou impresso de sítios oficiais do órgão emissor, sendo que o Pregoeiro, se julgar necessário, poderá verificar a sua autenticidade e veracidade. Documentos, em original ou cópia autenticada, apresentados pela publicação no diário oficial da União serão aceitos.

13.9 Os documentos apresentados deverão ser, obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são validos para matriz e todas as filiais.

13.10 Documentos com validade expirada acarretarão a inabilitação da licitante.

Observação: No caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do Art. 43 § 1.º, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal (item 13.4 alíneas “a” a “f”), o pregoeiro, concederá o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o pregoeiro solicitar através do Chat mensagem, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.11 A data referência a ser considerada para a análise das condições de habilitação, na hipótese de haver **desclassificação** ou **inabilitação** de algum licitante, será aquela estipulada para a data de **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS**, devendo, contudo, serem sanadas, anteriormente à contratação, quaisquer irregularidades decorrentes do vencimento do documento que se apresentarem após aquela data.

14. INEXISTÊNCIA DE REAJUSTE

Os preços ofertados serão fixos e irremovíveis.

15. DOS RECURSOS

15.1 Ao término do tempo Randômico o sistema informará a licitante vencedora da disputa e o respectivo valor ofertado e permitirá que os fornecedores, a qualquer momento, depois de finalizado o lote, possam registrar seus questionamentos para o pregoeiro via Sistema, acessando a seqüência “Relatório da disputa” para cada lote disputado, “Chat Mensagens” e “Enviar Mensagem”. Essa opção estará disponível até o momento que o pregoeiro declarar o fornecedor vencedor do lote. Todas as mensagens constarão no histórico do Relatório de Disputa.

15.2 O pregoeiro/apoio deverá responder os questionamentos formulados pelos fornecedores acessando a seqüência “Relatório da disputa” para cada lote disputado, “Chat

Mensagens” e “Enviar Mensagem”. Todas as mensagens constarão no histórico do Relatório de Disputa.

15.3 A intenção de interpor recurso somente poderá ser promovida via Sistema pelo fornecedor, depois de declarado o vencedor da disputa pelo pregoeiro (Art.26 do decreto n.º 5.450/05 de 31 de maio de 2005 e Art. 65 da Lei Estadual n.º 15.608/2007). O Sistema aceitará a intenção do fornecedor, nos **60 (sessenta) minutos**, imediatamente posteriores ao ato de declaração do vencedor. O fornecedor desclassificado antes da fase de disputa também poderá manifestar a sua intenção de interpor recurso naquele momento.

15.4 Caso o faça será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar razões de recurso. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contra razões em igual número de dias que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

15.5 A adjudicação de lote com recurso interposto só poderá ser realizada pela “Autoridade Competente”.

15.6 Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela licitante. A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

15.7 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

15.8 Os recursos contra decisões do pregoeiro não terão efeito suspensivo.

15.9 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16. DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para dar cumprimento à legislação pertinente ao assunto, informamos que os recursos para atender a presente despesa, estão previstos no **Termo de Convênio n.º 016/2010, firmado entre a SESA/SETI/UEPG e FAUEPG**, com vistas à implantação e Desenvolvimento conjunto de ações de saúde no HOSPITAL REGIONAL DE PONTA GROSSA/CAMPOS GERAIS (Publicado no DIOE/PR, de 01/04/2010, p.27).

17. DA FORMALIZAÇÃO DA AQUISIÇÃO

17.1 Homologada a licitação pela autoridade competente, a empresa vencedora receberá, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, da FAUEPG a Ordem de Compra.

17.2 Os produtos deverão ser entregues em 2 (duas) etapas: sendo a primeira entrega de 100 (cem) frascos a licitante vencedora deverá efetuar em até 7 (sete) dias após o recebimento da Ordem de Compra, a segunda entrega de 100 (cem) frascos 30 (trinta) dias após a certificação da primeira entrega.

18. DAS PENALIDADES

18.1 O atraso injustificado na entrega do(s) produto(s) ou a entrega em desacordo às especificações do Edital sujeitará a proponente à multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) sobre o valor da parcela respectiva, até o 10º (décimo) dia, respeitado o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ordem de Compra.

18.1.1 Decorridos 10 (dez) dias de atraso na entrega ou na substituição do(s) produto(s) em desconformidade, ou caso ocorram atrasos reiterados, ou ainda pelo descumprimento de outras condições de fornecimento, a proponente será considerada inadimplente.

18.1.2 Caso a proponente incorra em atraso parcial na entrega ou substituição de algum (ns) item (ns), mesmo decorridos os 10 (dez) dias mencionados no item anterior, continuará sendo computada a multa diária moratória de 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) referente ao(s) produto(s) em atraso, até que não reste pendência de entrega ou substituição de produto(s).

18.1.2.1 Por atraso parcial compreende-se a não entrega, no prazo regular, de toda(s) a(s) quantidade(s) solicitada(s).

18.2 A multa a que se refere o item 18.1 não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na Lei Estadual n.º 15.608/07. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso. Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, o contratado responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

18.3 A inadimplência sujeitará o fornecedor às seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo, nos termos do Art. 150 e seguintes da Lei Estadual n.º 15.608/07:

a) Advertência;

Aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e contratação, tais como: não forem entregues os produtos e/ou prestados os serviços no prazo estabelecido em Edital, o produto entregue não corresponder e/ou o serviço prestado, no todo ou em parte às especificações e/ou quantidades exigidas em Edital, ou descumprir obrigação contratual, inclusive o atraso injustificado na execução do contrato.

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

Aplicada ao licitante que: recusar-se injustificadamente, após ser considerado adjudicatário, em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração; não mantiver sua proposta; abandonar a execução do contrato ou incorrer em inexecução contratual.

A aplicação da sanção prevista observará as seguintes regras: prazo de duração de até 2 (dois) anos; e impedimento da participação da sancionada em procedimentos promovidos pela Entidade Estatal que a aplicou, sem prejuízo do disposto no Art. 158 da Lei Estadual n.º 15.608/07.

c) Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de 5 (cinco) anos; e

Será aplicada a quem: fizer declaração falsa na fase de habilitação; apresentar documento falso; frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento; afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ou agir de má fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico; tenham sofrido condenação judicial definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica, definidos na Lei Federal n.º 8.884/94; tenham sofrido condenação definitiva por atos de improbidade

administrativa, na forma da lei; a participante que fizer declaração falsa sobre o atendimento dos requisitos de habilitação, quando ficar caracterizada sua má-fé.

d) Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

18.4 A aplicação das sanções compete ao Presidente desta Fundação de Apoio.

18.5 As sanções decorrentes do processo administrativo serão publicadas no Diário Oficial do Estado.

18.6 A aplicação das sanções previstas neste item não exclui a responsabilização da licitante inadimplente por eventuais perdas ou danos causados à FAUEPG.

18.7 No processo de aplicação das sanções é assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

19.1 Os produtos deverão ser entregues em 2 (duas) etapas: sendo a primeira entrega de 100 (cem) frascos a licitante vencedora deverá efetuar em até 7 (sete) dias após o recebimento da Ordem de Compra, a segunda entrega de 100 (cem) frascos 30 (trinta) dias após a certificação da primeira entrega, ambas deverão ser entregues no Almoxarifado do Hospital Regional de Ponta Grossa, Alameda Nabuco de Araújo,601, Bairro: Uvaranas, Ponta Grossa – Paraná, conforme especificações constantes da proposta e da(s) Nota(s) de Ordem de Compra(s).

19.2 Os produtos somente serão recebidos desde que acompanhados do documento fiscal competente, emitido com os valores indicados na ordem de compra, e depois de feita sua conferência e constatação de que se encontram de acordo com as especificações contidas no **ANEXO I** da presente licitação.

19.3 A FAUEPG reserva-se o direito de recusar todo e qualquer produto que não atender as especificações contidas da proposta e da(s) Ordem(s) de Compra(s), obrigando-se a adjudicatária a providenciar a substituição dos produtos não aceitos no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

20. FORMA DE PAGAMENTO

20.1 O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) em até 30 (trinta) dias após cada entrega dos produtos, mediante apresentação de (as) Nota (s) Fiscal (is) certificadas.

20.2 Na hipótese de atraso de pagamento dos créditos resultantes deste certame licitatório, ao valor dos mesmos será acrescida à variação correspondente a 01/30 da T.R. do mês anterior ao da emissão da fatura, a título de compensação financeira, desde o dia imediatamente subsequente ao vencimento até o seu efetivo pagamento.

20.3 A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 A presente licitação não importa necessariamente em contratação. Poderá ser revogada, no todo ou em parte, pelo Presidente da FAUEPG, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, inclusive caso ocorra o cancelamento do Convênio N.º 016/2010, firmado entre a SESA/SETI/UEPG E FAUEPG que destina-se para suprir os recursos financeiros **(ITEM 16)**; devendo ser anulada de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, se houver ilegalidade.

21.2 O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na proposta e documentação, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

21.3 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital, cujo desconhecimento não poderão alegar.

21.4 O objeto do presente Pregão poderá sofrer acréscimos ou supressões quantitativas, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme Art. 65 da Lei n.º 8.666/93 e Art. 112, § 1.º, inciso II da Lei Estadual n.º 15.608 de 16/8/2007.

21.5 A participação da licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

21.6 No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

21.7 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

21.8 Incumbirá ainda a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

21.9 Quaisquer dúvidas ou esclarecimentos serão dirimidas pelo Pregoeiro, no endereço mencionado no subitem 6.1.

21.10 Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

21.11 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná.

21.12 O foro competente para dirimir quaisquer questões oriundas desta licitação é o da Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná, com renúncia prévia e expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

21.13 Anexos do Edital:

- ✓ Descrição do Objeto e Condições de Fornecimento/ Modelo de Complemento da Proposta **(ANEXO I)**;
- ✓ Modelo da Declaração de Situação de Regularidade **(ANEXO II)**;
- ✓ Minuta do Contrato de Fornecimento **(ANEXO III)**.

Ponta Grossa, 15 de agosto de 2013.

Carlos Alberto Volpi
Presidente da FAUEPG

ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA) / MODELO DE COMPLEMENTAÇÃO DE PROPOSTA**DESCRIÇÃO DO OBJETO E CONDIÇÕES FORNECIMENTO****1. DO OBJETO**

A presente licitação tem por objeto selecionar a melhor proposta para aquisição de Medicamento (Azitromicina Diidratada), do tipo **menor preço por lote**, de acordo com as especificações constantes no presente anexo.

2. IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

Fornecedor: _____ CNPJ: _____
Inscrição Estadual: _____
Endereço: _____ Bairro: _____ CEP: _____ Cidade: _____
Estado: _____ Telefone: _____ Fax: _____
e-mail: _____
Banco: _____
Agência: _____
Conta Corrente: _____

3. LOCAL DE ENTREGA:

Local: Hospital Regional de Ponta Grossa "Wallace Thadeu de Mello e Silva" Endereço: Alameda Nabuco de Araujo, 601 Entrega: Almoxarifado Contato: Rosana ou Andrieli – Tel. (42) 3219-8888 ou (42)3219-8885. Bairro: Uvaranas Cidade/UF: Ponta Grossa - Paraná

4. PRAZO DE ENTREGA:

As entregas deverão obedecer ao cronograma abaixo:

1.º ENTREGAR 100 (CEM) FRASCOS: em até 7 (sete) dias corridos após o recebimento da Ordem de Compra.

2.º ENTREGAR 100 (CEM) FRASCOS: 30 (trinta) dias após a certificação da nota fiscal da primeira entrega.

5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado, em até 30 (trinta) dias, após certificação da nota fiscal de cada entrega.

6. PREÇOS MÁXIMOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS:

LOTE ÚNICO									
Item	Qty	Unidade	Produto/Especificação	Valor Unitário Máximo (R\$)	Subtotal (R\$)	Marca	Registro ANVISA	Valor Unitário (R\$)	Subtotal (R\$)
1	200	Frasco/ampola	AZITROMICINA DIIDRATADA - pó liofilizado para solução injetável, frasco-ampola - 500mg.	125,00	25.000,00				

VALOR TOTAL GERAL R\$

25.000,00

OBSERVAÇÕES GERAIS REFERENTE À ENTREGA DOS PRODUTOS:

- a) O vencedor deverá entregar os produtos sem custos adicionais.
- b) Prazo de validade dos produtos no momento da entrega deverá ser de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do total de sua validade efetiva.
- c) Os produtos deverão ser entregues em embalagens lacradas que garantam sua integridade e facilite o armazenamento e a movimentação.
- d) Nas embalagens internas e externas devem constar os dados de identificação, procedência (lote), fabricação, responsável técnico e registro no Ministério da Saúde (rotulados conforme a legislação em vigor).
- e) O acondicionamento e transporte do(s) medicamento(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura.
- f) As embalagens externas devem mencionar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento, etc.);
- g) As distribuidoras deverão apresentar certificado de procedência dos produtos, a serem entregues de acordo com o estabelecido na licitação (Artigo 6º da Portaria 2814 de 29/05/98);
- h) O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a legislação do Ministério da Saúde de do Código de Defesa do Consumidor;
- i) Os medicamentos deverão ser entregues em embalagens adequadas contendo de forma visível os seguintes dizeres: "PROIBIDA A VENDA PELO COMÉRCIO". (Artigo 7º da Portaria 2814 de 29/05/1998);
- j) As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas;
- k) As embalagens primárias dos medicamentos (ampolas, blister, strips, frascos ou outras), devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade;
- l) Quando solicitado o fornecedor deverá apresentar amostras.

- m) Nos preços propostos e nos lances que oferecer, já deverão estar incluídos todos os custos necessários para fornecimento do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, para fornecimento no Almoxarifado do Hospital Regional de Ponta Grossa.

7. VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

8. NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: _____

9. ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL: _____

10. DESCRITIVOS DOS PRODUTOS:

LOTE ÚNICO

AZITROMICINA DIIDRATADA - pó liofilizado para solução injetável, frasco-ampola - 500mg.

Deverá ser apresentado:

Registro no Ministério da Saúde: emitido pela ANVISA, cópia perfeitamente legível ou cópia da publicação no D. O .U. com destaque e indicação do item referente.

OBS: caso o produto seja dispensado de registro no Ministério da Saúde, encaminhar justificativa de dispensa ou isenção de registro. Em caso de registro vencido, o protocolo só será aceito se o pedido de renovação foi solicitado 06 (SEIS) MESES ANTES DO VENCIMENTO. Lei nº 6.360/76 Art. 12 § 6º.

Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle por linha de produção: emitido pela ANVISA, cópia perfeitamente legível ou cópia da publicação no D.O.U.

OBS: Caso o produto seja correlato importado e se enquadre na classificação III e IV deverão apresentar cópia autenticada e traduzida de CBPF ou ISO ou documento que comprove controle de qualidade, ou boas práticas de produção da autoridade sanitária do país de origem. As exigências 1.2.2.1, estão condicionadas aos produtos que são controlados pelo Ministério da Saúde e obrigatoriamente necessitem desses documentos, conforme Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976; Decreto nº 79.094 de 05 de Janeiro de 1977 e Portaria nº 2.814/GM de 29 de maio de 1998. As exigências não são aplicadas aos produtos que não são controlados pelo Ministério da Saúde.

ANEXO II
Modelo Declaração

DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE REGULARIDADE

Identificação da PROPONENTE

Declaramos, para fins de participação no **Pregão Eletrônico n.º 028/2013**, que:

- Não existem fatos que impeçam a nossa participação nesta Licitação;
- Declaramos aceitar expressamente todas as condições fixadas nos Documentos de Licitação, e, eventualmente, em seus Anexos e Suplementos, no que não conflitem com a legislação em vigor;
- Comprometemos-nos, sob as penas da Lei, a levar ao conhecimento da FAUEPG, qualquer fato superveniente que venha a impossibilitar a habilitação, de acordo com o estabelecido no parágrafo 2º do artigo 32 da Lei n.º 8.666/93 de 21/06/93;
- Cumprimos com o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não empregamos menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- Declaramos, outrossim, que nos submetemos a qualquer decisão que a FAUEPG venha a tomar na escolha da **Proposta** vencedora, obedecidos os critérios estabelecidos na licitação em curso, reconhecendo, ainda, que não teremos direito a nenhuma indenização em virtude de anulação ou cancelamento do presente Pregão.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

....., dede 2013.

(Assinatura do representante legal da Licitante)

ANEXO III**MINUTA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO****Contrato n.º /2013**

Pelo presente instrumento particular de Contrato, de um lado, como CONTRATANTE, a **FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA**, instituída por Escritura Pública lavrada no Cartório Correia - 2º Tabelionato - da Comarca de Ponta Grossa, Estado do Paraná, às folhas 101 a 114 do livro 323-E, em 04 de dezembro de 2006, dotada de personalidade jurídica de direito privado, constituída sem fins lucrativos e por prazo indeterminado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 08.574.460/0001-35, com sede na Rua Balduino Taques, 333, Centro, Ponta Grossa, Estado do Paraná, doravante denominada FAUEPG, neste ato representada por seu Presidente, Sr. Carlos Alberto Volpi, portador da Cédula de Identidade (RG) n.º 1520385-4 SSP/PR e do CPF n.º 339.155.479-72, residente e domiciliado a Rua Leopoldo de Almeida Taques, 19 – Uvaranas – Ponta Grossa – Paraná e de outro lado, como CONTRATADA, _____, inscrita no CNPJ. sob n.º _____, Inscrição Estadual n.º _____, estabelecida à Rua _____, Bairro _____, Cidade _____ - Estado _____ neste ato representada por _____, função _____, portador do RG n.º _____ e do CPF n.º _____, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente Contrato, tendo em vista o contido no procedimento licitatório levado a efeito sob a modalidade de Pregão Eletrônico n.º 028/2013, de acordo com a Lei n.º 10.520/02, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar n.º 123/2006, Código de Defesa do Consumidor e demais legislações pertinentes, conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA 1.ª – DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato, o a entrega/fornecimento de Medicamento solicitado no edital do PE_028/2013, de forma parcelada, conforme especificações:

Parágrafo Primeiro. A entrega será efetuada em três períodos:

1.º PERÍODO/ENTREGA 100 (CEM) FRASCOS: em até 7 (sete) dias corridos após o recebimento da Ordem de Compra.

2.º PERÍODO/ENTREGA 100 (CEM) FRASCOS: 30 (trinta) dias após a certificação da nota fiscal da primeira entrega.

Parágrafo Segundo: Os produtos deverão ser entregues no seguinte local:

<p>Local: Hospital Regional de Ponta Grossa “Wallace Thadeu de Mello e Silva” Endereço: Alameda Nabuco de Araujo, 601 Entrega: Almoxarifado Contato: Rosana ou Andrieli – Tel. (42) 3219-8888 ou (42)3219-8885. Bairro: Uvaranas Cidade/UF: Ponta Grossa - Paraná</p>

CLÁUSULA 2.ª - DAS NORMAS

O presente Contrato se regerá pelas regras estabelecidas no edital do **Pregão Eletrônico n.º 028/2013**, e seus anexos que farão parte integrante do mesmo, obedecida a legislação.

CLÁUSULA 3.ª – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Serão incorporadas a este Contrato, mediante termos aditivos, quaisquer modificações que venham se demonstrar necessárias durante sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATADA, e alterações nos prazos e normas gerais da prestação dos serviços pela mesma.

CLÁUSULA 4.ª - DO VALOR

O valor global do Contrato é de R\$ _____ (_____), que será pago através do Convênio n.º 016/2010, firmado entre a SESA/SETI/UEPG/FAUEPG.

CLÁUSULA 5.ª - DO PAGAMENTO

5.1 A O (s) pagamento (s) será (ão) efetuado (s) em até **30 (trinta) dias** após recebimento da nota fiscal certificada de cada entrega, conforme cronograma previsto no § 1º da Cláusula 1.ª – DO OBJETO.

5.2 Na hipótese de atraso de pagamento dos créditos resultantes deste certame licitatório, ao valor dos mesmos será acrescida à variação correspondente a 01/30 da T.R. do mês anterior ao da emissão da fatura, a título de compensação financeira, desde o dia imediatamente subsequente ao vencimento até o seu efetivo pagamento.

5.3 A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros e outras de responsabilidade da CONTRATADA.

5.4 Por determinação do governo do Estado do Paraná, a liberação do pagamento está condicionada à regularidade fiscal da empresa junto a sua Fazenda Pública.

CLÁUSULA 6.ª – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Entregar os produtos sem custos adicionais;
- b) Entregar os produtos com a validade de no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do total de sua validade efetiva;
- c) Entregar os produtos em embalagens lacradas que garantam sua integridade e facilite o armazenamento e a movimentação. Nas embalagens internas e externas devem constar os dados de identificação, procedência (lote), fabricação, responsável técnico e registro no Ministério da Saúde (rotulados conforme a legislação em vigor);
- d) Quando do acondicionamento e transporte do(s) medicamento(s) deverão ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) produto(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura;
- e) Entregar os produtos contendo nas embalagens externas as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento, etc.);
- f) As distribuidoras deverão apresentar certificado de procedência dos produtos, a serem entregues de acordo com o estabelecido na licitação (Artigo 6º da Portaria 2814 de 29/05/98);
- g) O texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula deverão estar em conformidade com a legislação do Ministério da Saúde e do Código de Defesa do Consumidor;
- h) Todos os medicamentos deverão ser entregues em embalagens adequadas contendo de forma visível os seguintes dizeres: **“PROIBIDA A VENDA PELO COMÉRCIO”**.

(Artigo 7º da Portaria 2814 de 29/05/1998);

- i) Entregar as embalagens acompanhadas das respectivas bulas;
- j) As embalagens primárias dos medicamentos (ampolas, blister, strips, frascos ou outras), deverão apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade;
- k) Entregar os produtos solicitados conforme prazos e quantidades estabelecidas no § 1.º da Cláusula 1.ª – DO OBJETO;
- l) Manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- m) Cumprir fielmente todas as exigências editalícias e contratuais.
- n) Estar ciente que o objeto do presente Pregão poderá sofrer acréscimos ou supressões quantitativas, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme Art. 65 da Lei n.º 8.666/93 e Art. 112, § 1.º, inciso II da Lei Estadual n.º 15.608 de 16/8/2007.

CLÁUSULA 7.ª – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

É obrigação da CONTRATANTE arcar pontualmente com os pagamentos, na forma da CLÁUSULA 5.ª.

CLÁUSULA 8.ª – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá a vigência de xx/xx/2013 a xx/xx/2014.

CLÁUSULA 9.ª - DAS PENALIDADES

9.1 A inadimplência sujeitará o fornecedor às seguintes sanções administrativas, aplicáveis na forma da Lei, após a instauração de processo administrativo, nos termos do Art. 150 e seguintes da Lei Estadual n.º 15.608/07:

- a) Advertência;

Aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e contratação, tais como: não forem entregues/instalados os produtos e/ou prestados os serviços no prazo estabelecido em Edital, o produto entregue não corresponder e/ou o serviço prestado, no todo ou em parte às especificações e/ou quantidades exigidas em Edital, ou descumprir obrigação contratual, inclusive o atraso injustificado na execução do contrato.

- b) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ordem de Compra; Será aplicada dentre outros motivos: quando houver desistência do fornecimento dos produtos e/ou prestação dos serviços após a adjudicação da licitação; não forem entregues/instalados os produtos e/ou prestados os serviços no prazo estabelecido em Edital; o produto entregue não corresponder e/ou o serviço prestado, no todo ou em parte às especificações e/ou quantidades exigidas em Edital, não mantiver sua proposta; apresentar declaração falsa; descumprir obrigação contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato.

A multa a que se refere a presente alínea não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na Lei Estadual n.º 15.608/07. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso. Se o valor da multa exceder ao da garantia prestada, além da perda desta, o contratado responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente.

- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

Aplicada ao licitante que: recusar-se injustificadamente, após ser considerado adjudicatário, em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração; não mantiver sua proposta; abandonar a execução do contrato ou incorrer em inexecução contratual.

A aplicação da sanção prevista observará as seguintes regras: prazo de duração de até 2 (dois) anos; e impedimento da participação da sancionada em procedimentos promovidos pela Entidade Estatal que a aplicou, sem prejuízo do disposto no Art. 158 da Lei Estadual n.º 15.608/07.

- d) Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de 5 (cinco) anos; e

Será aplicada a quem: fizer declaração falsa na fase de habilitação; apresentar documento falso; frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento; afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ou agir de má fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico; tenham sofrido condenação judicial definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica, definidos na Lei Federal n.º 8.884/94; tenham sofrido condenação definitiva por atos de improbidade administrativa, na forma da lei; a participante que fizer declaração falsa sobre o atendimento dos requisitos de habilitação, quando ficar caracterizada sua má-fé.

- e) Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

9.2 A aplicação das sanções compete ao Presidente desta Fundação de Apoio.

9.3 As sanções decorrentes do processo administrativo serão publicadas no Diário Oficial do Estado.

9.4 A aplicação das sanções previstas neste item não exclui a responsabilização da licitante inadimplente por eventuais perdas ou danos causados à Fundação.

9.5 No processo de aplicação das sanções é assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

CLÁUSULA 10 - DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido à qualquer tempo por comum acordo entre as partes, por iniciativa da FAUEPG, por descumprimento de suas cláusulas ou pelos motivos elencados no art. 77 e seguintes da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA 11 – DA LEGISLAÇÃO

O presente Contrato reger-se-á pelos preceitos da Lei n.º 8.666/93, de 21.06.93, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 8.883/94 e n.º 9.648/98, Lei Estadual n.º 15.608/07 e pelos demais dispositivos atinentes à espécie, inclusive com relação aos casos omissos.

CLÁUSULA 12 – DO GESTOR DO CONTRATO

Fica nomeado como gestor do presente contrato o seu Presidente, Sr. Carlos Alberto Volpi, responsável por todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA 13 - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Ponta Grossa como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para os fins de direito e na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Ponta Grossa, ____ de _____ de 2013.

CONTRATADA

Carlos Alberto Volpi
Presidente da FAUEPG

Testemunha

Testemunha